

# HOJE TEM ASSEMBLEIA NO TRT, ÀS 16H. PARTICIPE!

O SINTRAJUSC faz Assembleia nessa quinta-feira, 17, para debater a Campanha Salarial, a deliberação sobre a mobilização e greve por tempo indeterminado a partir de 14 de agosto e eleger delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe, em 9 de agosto. Nesta semana foram feitas duas Assembleias Setoriais, na Justiça Federal e no TRE-SC.

Sindicatos de todo o país estão reconstruindo a mobilização, com o fim da Copa e a aproximação das eleições, na luta pela aprovação do PL 6613/09.

O relator na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT) do projeto salarial dos servidores do Judiciário Federal, João Dado (SDD-SP), reformulou o seu recente parecer para o PL 6613/2009, na qual deixa mais evidente a necessidade de a Presidência do STF assinar e assumir a defesa da proposta.

Pressionado por dirigentes sindicais, o deputado refez o trecho do relatório que se refere ao substitutivo ao texto original do PL 6613 entregue a ele pelo diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Miguel Fonseca. O parlamentar agora sinaliza que o problema é a assinatura do presidente do STF e minimiza a alteração do mérito da proposta. O que confirma que a questão é acima de tudo política e não técnica. O novo relatório foi protocolado na CFT na terça-feira (15).

## Mudanças

Das três ressalvas listadas por João Dado ao substitutivo na primeira versão do novo relatório, ele exclui uma, a que se refere ao aumento do impacto financeiro do projeto. Também reformula outra, a que menciona a suposta impossibi-

lidade de a Comissão de Finanças da Câmara alterar o mérito do projeto. Neste item, frisa que as mudanças em questão - a redução de 15 para 13 padrões na tabela e a GAJ de 90% - já constam na Lei 12.774, de 2012, que está em vigor. Trata-se da lei referente aos 15,8% conquistados de forma parcelada após a greve do ano retrasado.

As mudanças no relatório foram feitas após o parlamentar receber dirigentes da federação nacional (Fenajufe), que defende que o substitutivo acordado na mesa de negociação no STF, em meio à Greve da categoria, seja encaminhado pelo relator, defendido pela Presidência do Supremo e respeitado pela presidente Dilma Rousseff (PT) na previsão orçamentária da União para 2015 - o que o governo já disse que não quer fazer.

A íntegra das duas ressalvas do relator ao substitutivo é a seguinte:

a) As adaptações solicitadas na tabela de vencimentos reduzindo de 15 para 13 a quantidade de padrões de cada cargo alteram o mérito do plano contido no PL 6613, de 2009, e a ampliação da GAJ de 50% para 90%, mas ambas já estão recepcionadas e validadas na Lei n 12.774, de 2012, em vigência;

b) qualquer ajuste em projetos de lei deve ser encaminhado pelos titulares dos Órgãos do Poder Judiciário, que detém o poder de iniciativa, conforme dispõe o art. 96, inciso II, alínea "b" da Constituição Federal.

## Análise da assessoria parlamentar

O relator, portanto, não incorpora a tabela do substitutivo ao novo parecer, embora sinalize não ver problemas na proposta além da ausência da assinatura do presidente do STF

e da necessidade de que seja adequada à previsão orçamentária da União. "O relatório faz abordagem favorável ao substitutivo encaminhado pelo diretor-geral do STF, no tocante às adaptações na tabela de vencimentos", diz análise produzida pelo assessor parlamentar Thiago Rego, da 'Toninho Assessoria & Consultoria', que presta serviços à Fenajufe.

Segundo o assessor parlamentar, para acatar o substitutivo o relator teria que incorporar a nova tabela ao PL 6613 por meio de uma emenda, o que ele não fez. A única emenda apresentada é a mesma da versão anterior, a que se refere à necessidade da adequação orçamentária para que o pro-

jeto entre em vigor. Mas ao longo do relatório, o deputado parece tentar deixar o cenário livre para um eventual acordo político em torno da proposta – o que, obviamente, ainda não existe. "Embora ele tenha feito as ressalvas [às mudanças de mérito], ele deixa o caminho aberto para o substitutivo", disse Thiago Rego, à reportagem.

O argumento usado por João Dado para não incorporar a tabela que consta no substitutivo ao projeto está ancorado na definição de que a CFT só analisa a viabilidade e adequação financeira e orçamentária dos projetos, não mexendo no teor do mérito deles. Ocorre, porém, que há precedentes

neste sentido na própria comissão, que já fez alterações de conteúdo em matérias passadas. O assessor parlamentar avalia que o mais provável é que o deputado tenha preferido não assumir isso no caso do PL 6613 porque não há ainda previsão orçamentária para o projeto.

Precisamos, assim, reforçar a luta para garantir que o projeto tramite na Câmara dos Deputados, que tenha previsão orçamentária e seja respeitado pelo governo Dilma/PT. Para isso temos que construir um forte dia nacional de luta em 7 de agosto e nos preparamos para uma greve do Judiciário Federal a partir do dia 14.

Com informações do Sintrajud

## SINTRAJUSC recebe Registro Sindical na SRTE

O Coordenador do SINTRAJUSC Sérgio Murilo de Souza recebeu nesta quarta-feira, 16, o Registro Sindical do Sindicato, em solenidade realizada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), no centro da Capital, com a presença do Superintendente Luis Miguel Vaz Viegas e da chefe da seção de Relações de Trabalho Maria Angélica Michelin. A solenidade também foi acompanhada pelo assessor jurídico Fabrizio Rizzon e pelos funcionários do Sindicato Jeane Rinque e Fernando Blasi.

O SINTRAJUSC obteve o seu REGISTRO SINDICAL, pelo processo 46220.002328/2009-13, obtido conforme publicado no DOU em 21/05/2014, página 90 seção 1. Desta forma, o Sindicato oficializa a representação da categoria dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal, com

abrangência Estadual e base territorial no Estado de Santa Catarina.

O Registro Sindical é um elemento fundamental para legitimar a entidade sindical, até em função de recentes decisões do STF exigindo o documento para se demandar em juízo.

Só ele, porém, não basta. Uma entidade sindical tem sua luta pautada nas decisões da categoria que representa e na ampla participação dela nas atividades do Sindicato.

Uma entidade sindical tem que ser a expressão de uma categoria organizada, participativa e na nossa convivência coletiva diária.

Chamamos o conjunto dos colegas



Miriam Abreu

a se organizarem para eleger delegados sindicais para assim termos um Sindicato de base e de luta. O SINTRAJUSC também convida os servidores a se filiarem para, cada vez mais, termos força e participação nas nossas lutas.

**Seminário Estadual de Santa Catarina pela Valorização do Cargo de Técnico Judiciário  
Dia 26 de julho no Auditório do Hotel Cecomtur**

Inscrição até dia 23 de julho no e-mail: [seminariotecnicos@sintrajusc.org.br](mailto:seminariotecnicos@sintrajusc.org.br)

Facebook: Sintrajusc

Twitter: @sintrajusc